

Linhas de ação da DGARTES para o apoio à Música

Programas de Apoio Financeiro

No âmbito dos programas de apoio às artes previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto (Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes), na sua redação atual, estão previstas as seguintes tipologias de apoio:

a) Programa de apoio sustentado - para entidades artísticas coletivas; visa a estabilidade e consolidação de entidades com atividade continuada, assente em planos plurianuais, sendo considerados os respetivos encargos com recursos materiais e humanos, nomeadamente, através da preferência pela contratação de profissionais em regime de contrato de trabalho;

b) Programa de apoio a projetos - para entidades artísticas singulares e coletivas, bem como grupos informais; destina-se a projetos ou a um conjunto de atividades de um projeto que possam ser implementados até ao limite de 18 meses, visando contribuir para o dinamismo e a renovação do tecido artístico;

c) Programa de apoio em parceria - para entidades artísticas singulares e coletivas, bem como grupos informais; visa apoiar o desenvolvimento de atividades específicas que se enquadrem nos objetivos e prioridades estratégicas definidas na legislação através da DGARTES, tais como:

- Articulação com outras áreas de política setorial (contexto principal);
- Apoio a entidades que assegurem, de forma regular e sustentada, atividades artísticas ou domínios de atividade de reconhecido mérito cultural, com projeção nacional e internacional;
- Parceria com a administração local.

Estes programas concentram o principal apoio financeiro atribuído pela DGARTES para a atividade profissional nas diferentes áreas artísticas (artes visuais, artes performativas, artes de rua e cruzamento disciplinar), nas quais se inclui a área da Música.

Enquanto os programas de apoio em parceria habitualmente englobam todas as áreas artísticas dentro de um mesmo procedimento concursal, tanto no caso do Programa de Apoio Sustentado, como no caso do Programa de Apoio a Projetos, são definidos avisos de abertura com objetivos específicos e montantes financeiros dedicados às áreas da Música e Ópera em conjunto, sendo, das duas, a área da Música, a mais expressiva em termos de candidaturas submetidas, bem como apoiadas.

No caso do Programa de Apoio a Projetos, foi destinado em 2023 e 2024, bem como estando já previsto para 2025, um montante global para cada ano, de 3.370.000,00 € (três milhões, trezentos e setenta mil euros) para as áreas da Música e Ópera, nos domínios da Criação, Programação e Edição, dentro de um total de 11.625.000,00 € (onze milhões, seiscentos e vinte cinco mil euros) para todas as áreas artísticas, representando quase 30% dos apoios nestes domínios de atividade.

Além deste programa maior, existem ainda as linhas de apoio à Internacionalização e Procedimento Simplificado - para valores mais baixos e projetos de menor dimensão, visando um acesso mais rápido e menos burocrático ao financiamento -, representando os apoios na área da Música também próximo dos 30% do total dos projetos submetidos e apoiados. Para 2024, estes tiveram um montante global (todas as áreas artísticas) de 1.035.000,00 € (um milhão e trinta e cinco mil euros) para a Internacionalização e de 690.000,00 € (seiscentos e noventa mil euros), para o Procedimento Simplificado.

No caso do Programa de Apoio Sustentado, neste último quadriénio de financiamento (2023-2026) e especificamente para a área da Música, foi destinado, entre os concursos de 2022 e 2024 e as modalidades Quadrienal e Bienal, um montante financeiro global de 21.840.000,00 € (vinte e um milhões e oitocentos e quarenta mil euros), permitindo apoiar 61 entidades na sua atividade continuada, com o objetivo de fomentar, valorizar e promover a música nas suas diversas manifestações, incentivar boas práticas, promover a diversidade, a inclusão, acessibilidade e a qualidade de vida das comunidades e das equipas e profissionais envolvidos nos projetos artísticos, promover hábitos participativos e formativos e valorizar a dimensão educativa e de práticas de pesquisa e inovação no setor.

Apoio à atividade das Orquestras Regionais

No âmbito do Decreto-Lei n.º 11/2024, de 8 de janeiro, que altera o estatuto das orquestras regionais e estabelece as condições para a atribuição de incentivos pelo Estado à sua atividade, as entidades que possuem o Estatuto de Orquestra Regional podem usufruir de apoio financeiro para a sua atividade regular.

O estatuto de orquestra regional e o correspondente apoio financeiro, concedido através de concurso limitado às Orquestras Regionais em atividade, visa operacionalizar esse regime de incentivos, no sentido de dotar estas Orquestras com condições de funcionamento para um período temporal de quatro anos.

Para o novo quadriénio de financiamento que inicia agora em 2025, existem três entidades promotoras com estatuto de Orquestra Regional, que exercem atividade nas regiões Norte, Centro e Algarve, podendo usufruir de um montante global disponível de 9.720.000,00 € (nove milhões, setecentos e vinte mil euros), com um montante a atribuir anualmente por entidade de 810.000,00 € (oitocentos e dez mil euros).

Pretende-se ainda possibilitar a abertura de concursos para esse efeito nas regiões onde ainda não existam entidades com o estatuto de orquestra regional, sendo avaliadas, de igual forma, as dimensões artísticas e a viabilidade do projeto, sendo exigível a apresentação de evidências no que se refere à sua sustentabilidade. Esta possibilidade abrangerá não só a região do Alentejo, como também as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nos termos da autonomia político-administrativa.

No âmbito deste regime, que tem como finalidade a democratização do acesso à Cultura e a descentralização, as orquestras regionais prosseguem fins de interesse público no domínio da divulgação da música, nomeadamente, erudita e de valorização do património musical,

nacional e contemporâneo nas diferentes comunidades em que estão inseridas numa estreita articulação com as áreas setoriais da educação e do turismo, potenciando o desenvolvimento sociocultural à escala local e nacional.

Este apoio tem ainda como objetivo reforçar a sustentabilidade das orquestras regionais, através do reforço da responsabilidade partilhada entre a administração central do Estado e os municípios envolvidos na promoção das orquestras, bem como de outras entidades que possam vir a associar-se ou a tornar-se parceiros.

Gestão da coleção PortugalSom

Nascido em 1978, como Discoteca Básica Nacional, este foi um projeto editorial criado pelos Serviços de Música da Secretaria de Estado da Cultura (então Direção-Geral da Ação Cultural); o seu objetivo principal foi promover a divulgação da música erudita de autores (compositores e intérpretes) portugueses, contrariando a sua ausência no mercado discográfico e o distanciamento do grande público em relação à cultura musical erudita portuguesa.

A partir de 1987, para facilitar um contacto mais direto com o público nacional e internacional, a Discoteca Básica Nacional foi substituída pela etiqueta PortugalSom. A sua coleção abrange os diversos tipos de música sinfónica, coral-sinfónica, de câmara, vocal e instrumental, mas também música tradicional, o que permitiu, ao longo dos anos, criar um catálogo com cerca de 130 títulos que ainda hoje é o que proporciona o leque mais amplo de obras dos compositores portugueses, integrando os mais prestigiados solistas e orquestras nacionais e também intérpretes e agrupamentos internacionais.

Complementarmente, e aproveitando o amplo suporte áudio da etiqueta PortugalSom, em 2006 a DGARTES, então Instituto das Artes, criou uma linha editorial que dava acesso, nacional e internacional, a partituras de obras de compositores portugueses, emergentes e consagrados, dos séculos XIX, XX e XXI, procurando inverter a escassa divulgação do repertório musical português junto do público especializado e de potenciais difusores (orquestras, agrupamentos musicais, estudantes e investigadores de música). A linha editorial de partituras terminou em 2010 e a discográfica em 2011. A DGARTES continua a garantir a gestão da coleção Portugal Som, no âmbito da música tradicional, erudita e contemporânea de autores portugueses.

Neste contexto, desde 2024, a DGARTES, em parceria com a Antena 2 (canal da rádio pública portuguesa), promove uma rubrica semanal que propõe a redescoberta da coleção editorial da PortugalSom, reunida ao longo dos mais de 30 anos de existência desta etiqueta. O programa pretende conduzir os ouvintes num percurso pela vasta coleção de gravações deste importante património fonográfico, através do olhar de vários especialistas convidados.

Em 2024 o “Ciclo PortugalSom” concretizou-se ainda num programa de concertos abertos ao público, transmitidos pela Antena 2, com curadoria da ESML (Escola Superior de Música de Lisboa) e interpretação por músicos estudantes desta escola superior, com uma periodicidade mensal.

Estas parcerias têm como objetivo divulgar e tornar acessível o património da PortugalSom, aproximando a música de compositores e intérpretes portugueses do grande público e refletindo sobre a importância dos arquivos musicais na preservação, disseminação e compreensão da riqueza cultural e artística da música portuguesa.

Audições para a OJUE

Portugal faz parte da Orquestra de Jovens da União Europeia desde 1986. As audições realizam-se anualmente em cada um dos 27 estados-membros da União Europeia, cabendo à

DGARTES a organização anual das audições nacionais. A participação portuguesa na orquestra é financiada pela DGARTES e pelo Instituto Camões (Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Fundada no Reino Unido, em 1976, a OJUE reúne todos os anos cerca de 120 dos mais talentosos jovens instrumentistas de cada um dos Estados-membros da União Europeia, assumindo-se como um projeto europeu de excelência. Para além de um programa de formação diversificado e inovador, com professores, maestros e solistas de renome internacional, a OJUE oferece aos seus jovens músicos a oportunidade de se apresentarem nas mais emblemáticas salas de concertos do mundo.

Os membros da OJUE têm direito a aulas, viagens e estadia (alimentação e alojamento) gratuitas. Os candidatos admitidos têm a oportunidade de participar nas digressões de primavera e verão, bem como em outros projetos que decorrem ao longo do ano. Para a temporada de 2024 foram selecionados 34 músicos portugueses, o melhor resultado do país desde a adesão a este projeto, em 1986.

Programa Iberorquestras Juvenis

O programa Iberorquestras Juvenis é o mais recente PIPA (Programas, iniciativas e projetos adstritos da cooperação Ibero-Americana) a formalizar a adesão de Portugal (2023); operacionalizado pela DGARTES - sendo o Diretor-Geral das Artes o representante nacional no Conselho Intergovernamental.

O Iberorquestras Juvenis é um programa de cooperação técnica e financeira que, desde 2018, visa incentivar, apoiar e contribuir para o desenho e implementação da prática musical em crianças, adolescentes e jovens como instrumento de formação em valores e fortalecimento do Espaço Cultural Ibero-Americano, em torno de dois eixos de atuação: a realização de projetos e iniciativas comuns, transversais a todos os países aderentes; e projetos bilaterais e multilaterais realizados entre países-membros.

Esta adesão vem reforçar as relações que Portugal tem vindo a estabelecer com os países do Espaço da América Latina que integram os programas de cooperação Ibero-Americana, através, nomeadamente, do Ibercena, do Ibermúsicas, e também da Plataforma Ibero-Americana de Dança, robustecendo as oportunidades de financiamento, a oferta artística nos respetivos domínios, a promoção da língua portuguesa e a dinamização de novas oportunidades de cooperação com Espanha e, tanto quanto possível, com os países africanos de expressão portuguesa.

Neste contexto, em 2024 a DGARTES participou pela primeira vez nas candidaturas ao Prémio Jovens Intérpretes Iberorquestras Juvenis, uma competição internacional que visa reconhecer e celebrar o talento emergente dos jovens músicos da comunidade ibero-americana. O Prémio Jovens Intérpretes contempla três categorias: intérprete de instrumento, vocalista e intérprete de instrumento tradicional. A DGARTES foi responsável pela pré-seleção de três candidatos, um por cada categoria, de entre as candidaturas submetidas. A decisão foi tomada por um júri Ibero-Americano especializado, que deliberou cuidadosamente para selecionar os vencedores, com base no mérito do currículo e vídeo representativo do desempenho musical do candidato.

Foi atribuído um prémio por cada país-membro participante do Programa Iberorquestras Juvenis que consiste num diploma de mérito e no valor de 1.000 € (mil) euros para o vencedor. O prémio está aberto a intérpretes com idades entre os 12 e os 22 anos, que integrem agrupamentos musicais nacionais e se destaquem pelo seu contributo artístico e impacto social nas suas comunidades.